

A ilusão do multitasking

A escola atuante e sinérgica como epicentro da dinâmica



Alexandre Ventura
Doutor em Educação pela Universidade de Aveiro/Portugal

Na última edição da *Linha Direta*, analisamos as potencialidades e limitações do cérebro humano diante do desenvolvimento tecnológico. A partir disso, o conhecimento da realidade anteriormente descrita deveria levar-nos a uma dinâmica de reinvenção das redes de aprendizagem e das formas de partilha de conhecimento que tem de ser adotada nas nossas escolas. A sociedade da informação e do conhecimento capturou de tal forma o nosso livre-arbítrio que é necessário fazer um esforço hercúleo para temperar sua ação e seus efeitos. A escola é provavelmente o único agente social que tem a possibilidade de ajudar as futuras gerações a lidar de forma mais efetiva com o fenômeno empobrecedor anteriormente descrito.

Sabemos que os sistemas educativos têm uma tendência para a inércia e para a reprodução de modelos, mesmo quando deixaram de fazer sentido. A sociedade não pode mais esperar que a escola se reinvente e se coloque em sintonia com o que ocorre no seu

entorno. A escola tem de ser mais útil à sociedade e ao tecido produtivo do País. O diferencial entre o que a escola está a ensinar, as metodologias que usa e as competências que desenvolve nos alunos, e, por outro lado, aquilo que é mais útil na vida real e nos setores de produção econômica vêm se acentuando.

A escola não pode ficar para trás, a sociedade necessita dela. Porém, ela precisa ser mais útil, atual e promotora de desenvolvimento. Para isso, os vasos comunicantes entre a escola e outras organizações têm de ser criados e reforçados. A escola deverá desempenhar o papel de uma plataforma logística para compatibilizar linguagens e processos e para organizar e administrar movimentos internos e externos de oferta e procura de dados, informação, conhecimento e sabedoria.

O debate sobre a questão de sabermos se a escola deverá estar a serviço da sociedade e do seu aparelho produtivo ou se deverá eximir-se dessas dependências já está gasto. Não adianta perder mais tempo com isso. O que importa é que a escola, como principal instituição de socializa-

ção, de educação e formação das nossas sociedades, desempenhe um papel que é insubstituível na orquestração da diversidade de agentes que contribuem para a formação inicial e continuada das populações.

Chega de colocarmos o epicentro do debate nos interesses institucionais. Temos de localizá-lo nos interesses e nas necessidades das pessoas. Afinal, se o fizermos, estaremos também defendendo os interesses das instituições. Para isso, precisamos de reinventar novos modos de promover as aprendizagens dos alunos (e dos professores). Temos de conceber novas combinatórias de competência dos professores, de gestão do tempo dedicado ao estudo e à ludicidade, de materiais educacionais, de investigação radicada nas escolas, de arquitetura e gestão dos espaços de aprendizagem e de tecnologia que permitam alavancar a aprendizagem e o ensino.

Os professores têm de experienciar a vida laboral fora das escolas. Têm de sentir o pulsar das organizações onde os alunos provavelmente desempenharão suas profissões. Só através desse tipo de vasos comunicantes e de inversão de papéis é que a escola poderá efetivamente acompanhar o ritmo de desenvolvimento do tecido produtivo e dar-lhe resposta de forma simbiótica.

O tempo que medeia entre aquilo que a escola fornece e desenvolve e aquilo de que o sistema produtivo e social necessita deve ser encurtado. Mas, para isso, teremos de pensar "fora da caixa". Se continuarmos a pensar e a agir da mesma maneira, apenas obteremos os mesmos resultados que não nos satisfazem.

A escola tem de ajudar os alunos a pensar, lidar e configurar com eficiência a riqueza de informação que o mundo moderno disponibiliza. Infelizmente, as escolas ainda continuam num paradigma que aposta fundamentalmente na memorização, no domínio de dados, informação e conhecimento.

A memorização é indispensável, mas ela não estimula o pensamento, muito menos o pensamento crítico. Apesar dos discursos e referenciais politicamente corretos, a experiência empírica e a pesquisa, como a de Chadwick, apresentadas na obra *Teaching Kids to Think Critically – Effective Problem-Solving and Better Decisions*, mostram que as instituições de ensino e os profissionais de educação fazem muito pouco para estimular o pensamento crítico e ajudar os alunos a instrumentalizar com propriedade dados, informação e conhecimento que se encontram à distância de um clique.

No entanto, muito antes de a escola ter a possibilidade de atuar, são as famílias que têm a responsabilidade de desencadear a curiosidade das crianças, para que elas pesquise informação e resolvam problemas. Quem tem o poder de formar as crianças para o prazer de pensar são as famílias. Mas as famílias são majoritariamente compostas por pais que foram formados pelas respectivas famílias e escolas de acordo com o paradigma da memorização, não com o do pensamento crítico. Assim sendo, têm muita dificuldade em educar seus filhos para algo que lhes foi, e em muitos casos ainda é, estranho. Terão de ser fundamentalmente as escolas de hoje a formar as famílias que amanhã se encarregarão de assumir a sua importante cota de responsabilidade de ensinar seus filhos a pensar e a lidar com a informação e o conhecimento.

Em vez de acriticamente continuarmos a pressionar a escola e os professores para se conformarem a seguir os ditames e o ritmo da evolução da sociedade da informação e do conhecimento, com todas as suas dimensões tangíveis e intangíveis, talvez seja mais lúcido, socialmente desejável e humanamente benéfico pedir-se à escola que desenvolva a competência de uma relação dos alunos mais seletiva, crítica e inteligente com esse tipo de sociedade.

Na próxima edição, concluiremos essa série de artigos abordando a estratégia nacional para a formação de professores. Confira! ■

www.alexandre-ventura.com